

## POTENCIAL TURÍSTICO DE SÃO JOSÉ DE ESPINHARAS: ARQUEOLOGIA ENQUANTO FATOR ECONÔMICO PARA O MUNICÍPIO

**Edlúcio Gomes de Souza**

Instituto Sustentabilidade (IS), conselheiro fiscal – End. Rua Palmira Bastos, N 1, 13A, 2675-425, Odivelas – PT; Email: edluciogomes@gmail.com

**Escarião da Nóbrega Gomes**

Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) – End.: Rua dona Inês Correia de Araújo, 156. Ap 2402, Palmeira, Bairro Caxangá, Recife PE, CEP 50800-220; Email: escariaogomes@gmail.com

**Juvandi de Souza Santos**

Universidade Estadual da Paraíba (LABAP/UEPB), professor e diretor do Museu de História Natural – MHN/UEPB; Email: juvandi@terra.com.br

**Nayara Leite Wanderley**

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), pedagoga e bióloga – End. Avenida Getúlio Vargas, 47, Centro, São José de Espinharas/PB;

Email: nwg.bio@gmail.com

### RESUMO

O presente artigo tem como objetivo identificar o potencial turístico do município de São José de Espinharas, no Estado da Paraíba, Brasil, especialmente em seu aspecto arqueológico, enquanto importante fator econômico e cultural para o desenvolvimento sustentado do município. Desmembrado do município de Patos no ano de 1961, o município tem uma história longínqua



que remonta a mais de mil anos e a existência de sítios arqueológicos, recém descobertos, desponta como potencial turístico. Quando chegou o homem branco na localidade, em meados do século XVII, a região era habitada por povos indígenas, dizimados em pouco mais de um século. O município vem passando por um processo de empobrecimento e redução de sua população, haja vista a baixa capacidade de geração de receitas e renda para seus habitantes. Por essas razões, o turismo arqueológico surge como oportunidade, fato que vem a ser confirmado e justificado com o presente estudo.

**Palavras-chave:** Arqueologia Regional. Índios Tarairiús. São José de Espinharas-PB.

## ABSTRACT

This article aims to identify the tourist potential of the municipality of São José de Espinharas, in the State of Paraíba, Brazil, especially in its archaeological aspect, as an important economic and cultural factor for the sustainable development of the municipality. Dismembered from the municipality of Patos in 1961, the municipality has a distant history that dates back more than a thousand years and the existence of recently discovered archaeological sites emerges as a tourist potential. When the white man arrived in the town, in the mid-17th century, the region was inhabited by indigenous peoples, decimated in just over a century. The municipality has been going through a process of impoverishment and reduction of its population, given the low capacity to generate income and income for its inhabitants. For these reasons, archaeological tourism appears as an opportunity, a fact that is confirmed and justified with the present study.

Keywords: Regional Archeology. Tarairius Indians. São Jose de Espinharas-PB.

## INTRODUÇÃO

Apesar do pouco tempo de autonomia política, São José de Espinharas – PB desmembrado e emancipado do município de Patos – PB no ano de 1961, tem uma história longínqua para ser contada, que remonta a mais de mil anos. Portanto, uma civilização milenar que sofreu interrupção, assim como aconteceu com as civilizações INCAS, nos Andes, e MAIA, na América Central..

Quando chegou o homem branco na Ribeira das Espinharas – região da bacia do rio Espinharas onde hoje se situa o município de Patos – PB e entorno –, em meados do século XVII, a região era habitada por povos indígenas, distribuídos em diversas tribos ou nações, que a partir daquele momento receberam a sentença de extinção, cumprida em pouco mais de um século.

Mesmo com a escassez de dados e de registros históricos disponíveis sobre aquela

localidade, neste estudo foi possível identificar através de relatos de antigos moradores e de pesquisas bibliográficas, dentre outras as referenciadas pelo historiador José Elias Borges, que trata das terras da Ribeira das Espinharas. Esse historiador afirma que as terras da Ribeira das Espinharas pertenciam à nação indígena Tarairiú, da qual fazia parte os grupos: Panatis, Pegas, Canindés e Ariús.

Na home page do escritor Flávio Sátyro Fernandes<sup>1</sup>, consta algumas curiosidades sobre a história de Patos. Dentre elas, menciona que no ano de 1613 as comunidades indígenas na Ribeira das Espinharas ainda estavam domiciliadas e organizadas, pois tinham na chefia um rei, “Janduí”. Em 1670 começa a ocupação das terras através dos sertanistas, família Oliveira Ledo e outros, que reivindicaram terras através do sistema de sesmarias.

## A INTERVENÇÃO DO HOMEM BRANCO

De acordo com a historiadora Ellen Cristiane Canuto, a inserção do povoamento da região sertaneja de Patos ocorreu através da família Oliveira Ledo, que chegou à localidade no ano de 1670, encontrando as tribos indígenas Pegas e Panatis, que se fixaram na região do rio Espinharas. A autora descreve essa passagem da seguinte forma:

A ocupação tem início com os tropeiros, que ao passar pela localidade do rio Espinharas deixavam seus animais pastarem enquanto descansavam às margens do rio, onde posteriormente seria escolhida para formar a primeira fazenda de gado de propriedade de João Pereira de Oliveira, denominando o território como localidade Farinha, próxima a uma lagoa onde viviam muitos patos, em 1670. (...) João Pereira de Oliveira, neto de Antônio Pereira de Oliveira, residente em sua propriedade ‘Farinha’, termo da Espinhara, adquirida por seu pai, conforme sesmaria chamada ‘Data da Ribeira dos Espinharas’ de 1670, assinada por Alexandre de Souza Ribeiro, Capitão Mor e Guerra do Estado do Brasil, vendeu-a ao coronel Domingos Dias Antunes.(CANUTO, 2014).

A partir desse momento o processo de povoamento da Ribeira do Espinharas continuou lentamente durante as décadas seguintes, o que denota ter havido muita dificuldade por parte dos sesmeiros em povoar e realizar os empreendimentos necessários para o desenvolvimento da Ribeira das Espinharas, conforme exigia a Coroa Portuguesa na Lei que instituía o sistema de sesmarias, que era essencialmente o cultivo da terra.

Como os sesmeiros de origem adquiriram grande quantidade de terras não tiveram

---

1 <http://www.flaviosatirofernandes.com.br/conteudo.php?id=12&idcat=2>

condição de implementar as exigências legais, alguns acabaram por subdividir essas sesmarias e distribuí-las a pequenos colonos e algumas partes de terras acabaram por se tornarem devolutas o que levou alguns sesmeiros e até colonos, a reivindicá-las, como foi o caso das terras requeridas pelo Ten Cel Domingos Dias Antunes.

Provavelmente esse foi o marco histórico do repovoamento da região do que é hoje o município de São José de Espinharas a partir de 1720, quando começaram a ser reivindicadas sesmarias de terras devolutas originárias de sesmarias de dimensões maiores adquiridas anteriormente pela família Oliveira Ledo e que, possivelmente, foram abandonadas e empossadas pelos trabalhadores ao longo do tempo.

As terras ocupadas durante o período colonial pertenciam à civilização nativa, que bravamente resistiu à invasão. Muitos morreram nos conflitos com os brancos, outros por doenças trazidas pelos colonizadores e, por último, já no período imperial, os que sobreviveram foram expulsos. No Censo de 1872 do Brasil já não aparece mais a figura do índio e é também raro registros de escravidão de índios na região, uma prova da resistência à mudança cultural.

## **CARACTERÍSTICAS DA CIVILIZAÇÃO NATIVA**

De acordo com a literatura consultada para este estudo, considera-se relevante e substancial os relatos do historiador José Elias Borges, por ocasião do Ciclo de Debates do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano IHGP: “Paraíba nos 500 Anos do Brasil – ANAIS DO CICLO DE DEBATES DO IHGP ABRIL”, realizado em João Pessoa no ano de 2000. Dada a riqueza de informações, preferiu-se colocar alguns trechos das afirmações proferidas pelo expositor.

Esse historiador encontra bases mais consistentes nos documentos produzidos pelo escritor e geógrafo Elias Herckmans, neerlandês Administrador Colonial da Paraíba nomeado pela Companhia Holandesa das Índias Ocidentais para o período de 1636 a 1639, conforme afirmação:

Passei 30 anos juntando material sobre os indígenas e particularmente sobre os cariris, principalmente os cariris da Paraíba. Pouquíssima coisa encontrava nos historiadores (...). Depois dos trabalhos de Irineu Joffily passei para os trabalhos dos holandeses e terminei chegando em Elias Herckmans. Foi aí que comecei a ver alguma coisa. Lá é exatamente onde ele diz que a Paraíba é ocupada pelos índios tais e tais. Irineu Joffily tomou todos esses índios citados por Elias Herckmans e os colocou como sendo cariris, fora os tupis do litoral. Todos do interior, para ele, eram cariris. E isso vem sendo repetido desde o século passado até os dias de hoje. É um erro gravíssimo que vem sendo cometido. (BORGES, 2000).

Discordando do escritor Irineu Joffily, José Elias descobriu que existiam outros grupos indígenas no interior da Paraíba, não somente os cariris, acrescentando o terceiro grupo como sendo as tribos Tarairiús, que habitaram a Ribeira das Espinharas, assim relatando:

Na Paraíba havia, no mínimo, três grupos indígenas diferentes. Os tupis, que habitavam o litoral, e eram divididos em potiguaras, ao norte do Paraíba e os tabajaras, ao sul do Paraíba. Os tabajaras vieram do São Francisco, da região de Sergipe. Mas havia um terceiro grupo, que era tido como cariri. Era o grupo dos tarairiús, e como eles ficaram ao lado dos holandeses e participaram da guerra contra os portugueses foram praticamente execrados, considerados selvagens e foram desprezados. (...) eram conhecidos pelo nome do principal, chamado Janduí. Janduí era o cacique que, naquele tempo, comandava 22 grandes tribos no interior do Ceará, do Rio Grande do Norte e da Paraíba. (...) falavam uma língua diferente do tupi e do cariri. (...) Tribos Tarairiús: os janduí, localizados no Seridó, Piranhas, Sabugi, Santa Luzia, Patos e Curimataú; os Ariús, em rio Piranhas, Sabugi e Seridó (quase tudo na mesma região, com pequenas separações); os Panatis, em Pombal, rio Piranhas e Espinharas. (BORGES, 2000).

Através da FIGURA 1 o historiador José Elias demonstra uma divisão aproximada das terras ocupadas pelos povos indígenas no estado da Paraíba nos séculos XVII e XVIII.

FIGURA 1 – POVOS INDÍGENAS NA PARAÍBA – SÉCULOS XVII E XVIII –, TERRITÓRIO DAS NAÇÕES TARAIRIÚS DESTACADO COM TRAÇOS VERTICAIS



FONTE: (BORGES, 1993)

Uma das características dos tarairiús era a condição de nômade, pois se mudavam de lugar de acordo com as estações do ano e a safra de frutas nativas entre o sertão e o litoral, conforme o escritor Elias Herckmans:

Não têm logares certos ou aldeias onde morem; vagueiam, ora demorando-se em um sitio, ora em outro. Na estação do caju, que é em Novembro, Dezembro e Janeiro, descem ás praias, porquanto pouco ou nenhum caju se encontra muito para o interior. Assim regulam-se pelas estações do anno pra procurarem o seu alimento (...) levam uma vida inteiramente bestial e descuidosa. Não semeiam, nem se esforçam por fazer alguma provisão de viveres. (...) comem tudo, sem guardar cousa alguma para o dia d'amanhã. Quando estão em logar onde há abundancia, um homem dos delles pode comer tanto quanto cinco ou seis do nossos. (HERCKMANS, 1639).

De acordo com as descrições de José Elias, os tarairiús eram mais primitivos que outras tribos do sertão, porém, de uma vida equilibrada. Não tinham religião, mas tinham um sistema de lendas e praticavam rituais com o uso de fumo:

(...) como não conhecem Deus nem praticam o culto divino, também não sabem o que seja baptismo ou circuncisão. (...). Dentro dos rituais, eles trituravam os ossos e cabelos e comiam tudo com mel de abelha. Mel de abelha era uma coisa típica deles, o que vai diferenciar os tarairiús dos tupis e dos cariris. Eles eram especialistas em mel de abelha. Eles eram ictiófagos (...) Esse conjunto de costumes os aproxima de uma cultura mais antiga (...). Eles tinham o sistema de lendas. (...) O fumo para eles era um deus, porque quando fumavam ficavam inebriados, era como se tivessem contato com os deuses. (BORGES, 2000).

Outra característica das tribos tarairiús era o canibalismo. Eles acreditavam que a melhor sepultura de um parente era o próprio corpo. José Elias descreve esses hábitos da seguinte forma:

Si morre algum delles, seja homem ou mulher, em sendo morto, comem-no, dizendo que o finado não póde ser melhor guardado ou enterrado do que em seus corpos, e isto fazem do seguinte modo: tomam o cadáver, lavam-no e esfregam-no bem, fazem um grande fogo sobre o chão, acima do qual põem o corpo e deixam-no assar bem (...) quando succede que uma mulher dá a luz uma criança morta, elles comem igualmente o cadáver, dizendo que não lhe podem dar melhor sepultura do que no corpo d'onde veio (BORGES, 2000).

Um fato importante, ilustrado através da FIGURA 2, está registrado através de pinturas encontradas no Museu Nacional da Dinamarca. Ocorreu no ano de 1625 quando a Companhia Holandesa das Índias Ocidentais levou treze índios potiguar, aliados aos holandeses, numa visita às Províncias Unidas dos Países Baixos para estreitar pactos antilusitanos e aprender mais sobre os novos aliados. Dois dos mais proeminentes líderes receberam uma educação como mediadores nas Províncias Unidas.

FIGURA 2 - DANÇA DOS TARAIRIÚS. [ECKHOUT, ALBERT](#). ÓLEO SOBRE TELA, S.D., 168X294 CM. MUSEU NACIONAL DA DINAMARCA, COPENHAGUE



FONTE: (MEUWESE, 2003)

## ASPECTOS GEOGRÁFICOS DO MUNICÍPIO

O município de São José de Espinharas, com uma área de 727 km<sup>2</sup>, dentre os municípios que antes pertenciam à Vila de Patos é o de maior extensão territorial. Situa-se na bacia do rio Espinharas, fazendo fronteiras com os seguintes municípios: Patos – PB, ao Sul; Malta – PB e Vista Serrana – PB, a Oeste; Paulista – PB e Serra Negra do Norte – RN, ao Norte; São João do Sabugi – RN, Ipueira – RN e São Mamede – PB, a Leste.

O rio Espinharas é a principal referência, tanto em termos geográficos como socioeconômicos da região. Faz parte da grande bacia hidrográfica Piranha-Açu, encravada no bioma caatinga de clima semiárido. Nasce no planalto da Borborema, serra das Espinharas, entre os municípios de Salgadinho – PB e Junco do Seridó – PB, e segue em sentido norte, passando pelas cidades de Patos – PB, São José de Espinharas – PB e Serra Negra do Norte – PB, para finalmente desembocar no rio Piranhas-Açu.

No que concerne aos aspectos fisiográficos, de acordo com dados do diagnóstico das fontes de abastecimento por água subterrânea do município de São José de Espinharas – PB,

realizado pelo Ministério de Minas e Energia (BRASIL, 2005), o município tem as seguintes características Fisiográficas: a) Situa-se no Polígono das Secas; b) Possui clima Aw'– Quente e úmido com chuvas de verão e outono; c) Enquadra-se no bioclima 4aTh–Tropical quente de seca acentuada; d) A pluviometria média anual é de 884.7mm (Período 1962–1985), de distribuição irregular, onde 79% desse total concentra-se em quatro meses (FMAM); e) A vegetação é do tipo Caatinga–Sertão; f) A temperatura média anual situa-se em torno de 28 C; e g) A topografia apresenta na maior parte da área do município relevo ondulado à suavemente ondulado com declividade média à baixa, com exceção de áreas situadas na porção sudeste e extremo sul, de relevo ondulado à fortemente ondulado como nas serras de Carnaúba e do Olho d' Água, onde ocorrem cotas de 580 metros, e, na porção sudoeste onde ocorrem as serras do Feijão, Mucunã, Currais, Resende, Bonita, dos Trancos, dos Quintos, da Madeira e do Jardim, onde ocorrem cotas que chegam à 600 metros como nas serras do Feijão, Bonita e dos Trancos.

## **ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS DO MUNICÍPIO**

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) o município de São José de Espinharas no ano de 2020 tinha uma população estimada de 4.656 habitantes (IBGE, 2020). Esse número significa uma baixa densidade demográfica, de apenas 6,56 hab/km<sup>2</sup>. Desde a sua emancipação política, em 1961, o município vem sofrendo um processo de redução da população em proporções geométricas, considerando que no primeiro censo demográfico do município, realizado em 1970, existia uma população de 8.852 habitantes e no censo de 2010, 4.760. Portanto, decorridos apenas quatro décadas, houve uma redução aproximada de metade da população.

Esse é um fenômeno que vem ocorrendo em grande parte dos municípios brasileiros de pequeno porte, que sem perspectivas econômicas passam a ter forte dependência de transferência de recursos governamentais. No caso de São José de Espinharas, de acordo com o IBGE, no ano de 2015 o percentual das receitas oriundas de fontes externas era de 98% (IBGE, 2020).

Como indicadores de maior vulnerabilidade para o desenvolvimento, destaca-se a educação dos adultos e a saúde infantil, índices que podem sinalizar para uma situação presente que têm forte associação com o desenvolvimento local. O primeiro ponto é quanto à educação de adultos. Conforme o Censo Demográfico brasileiro de 2010, o município apresentava uma taxa de analfabetismo de 32% das pessoas maiores de 15 anos; 28,6% dos jovens (de 15 a 17 anos) não tinham nenhuma atividade (estudo ou trabalho) e viviam em

domicílios com renda per capita inferior a 1/2 salário mínimo. Mas há evidências positivas na educação, conforme dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), pois na última avaliação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, realizada no ano de 2019, observa-se significativas melhoras no ensino fundamental, sendo atingida a meta para as séries finais (INEP, 2019). O segundo ponto é relativamente à saúde infantil, que no ano de 2017 apresentava um índice de mortalidade infantil de 40 óbitos por mil crianças nascidas vivas, dados que apontam para uma fragilidade que precisa de atenção especial.

Outro aspecto importante, que merece um olhar diferenciado por parte das lideranças locais, é quanto às questões culturais, essencialmente a estrutura disponível para que a população possa usufruir de espaços que proporcionem integração social e cultural das crianças, jovens, adolescentes e adultos.

De acordo com dados do IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais (2018), existem no município Biblioteca Pública e Emissora de Rádio, equipamentos essenciais de comunicação e conhecimento (IBGE, 2018). No entanto, há outros equipamentos de igual importância que poderiam ser implementados, como é o caso de Museu, Ponto Cultural, Centro Cultural, Sala de Cinema, etc., que poderiam funcionar em um só local. A existência do “Casarão”, antiga sede da fazenda São José, que tem um valor patrimonial histórico imensurável e que se encontra abandonado e prestes a desmoronar, deveria ser restaurado e utilizado para esses fins. O prédio foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP), conforme deliberação do Conselho de proteção dos Bens Históricos Culturais (CONPEC), órgão de orientação superior do IPHAEP, que reconheceu em sessão realizada no dia 26 de julho de 2017 os significativos valores históricos e culturais de suas preservações, para a compreensão da composição arquitetônica do referido bem. A proposta foi homologada pelo governador do Estado da Paraíba, Ricardo Vieira Coutinho, através do DECRETO Nº 37.721, de 18 de outubro de 2017, publicado no diário oficial do Estado da Paraíba em 19 de outubro de 2017.

## **POTENCIAL MINERAL DO MUNICÍPIO**

No tocante à geologia, São José de Espinharas é conhecida em nível mundial pelo potencial descoberto em 1972 durante um levantamento radiogeológico executado pela Companhia Nacional de Energia Nuclear (CNEN). A descoberta despertou grande interesse de empresas vinculadas à produção nuclear do mundo inteiro. Durante os anos de 1977 a 1982 a cidade de São José de Espinharas abrigou um grande projeto de estudo das potencialidades da jazida

de Urânio, recebendo engenheiros e geólogos de diversos países, num projeto conjunto entre Brasil e Alemanha, executado pela NUCLAM–Nuclebrás Auxiliar de Mineração, empresa do grupo NUCLEBRÁS. Segundo o geólogo Breno Marinho, a reserva de urânio de São José de Espinharas, avaliada em 10.000 toneladas de U3O8, é preconizado como o quinto maior depósito de urânio do Brasil em reservas. (BARBOSA, 2012).

Vale ressaltar que o Urânio, apesar da grande importância do metal, não apenas como gerador de energia, mas também utilizado no desenvolvimento de equipamentos nas áreas de saúde e agrícola, dada a propriedade radioativa a exploração é exclusiva do Governo Federal. O depósito de São José de Espinharas é apenas uma reserva estratégica, já que tem outras reservas fornecendo o material que o país necessita.

## PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO DO MUNICÍPIO

A existência de sítios arqueológicos no município de São José ainda é pouco conhecida pela população, mas alguns moradores sabem que existem figuras desenhadas nas pedras de uma cachoeira que fica próxima à cidade. Na revisão de literatura para este artigo não foi encontrado nenhum trabalho científico sobre a existência de sítios arqueológicos no município. No entanto, em áreas próximas dali e no mesmo rio Espinharas, logo abaixo, na cidade de Serra Negra – RN, existem registros rupestres catalogados por pesquisadores. Da mesma forma, existem estudos no rio Seridó (na cidade de Carnaúba dos Dantas–RN), que faz parte da bacia do Rio Piranhas-Açu.

Para iniciar a investigação sobre a existência de índios nas margens do rio Espinharas procuramos o ancião Manoel Dantas de Sousa (1924), morador da fazenda Riacho da Roça, com 96 anos de idade, que muito lúcido e com memória ativa, demonstrou ter grande conhecimento da história local. Relata Nelino, como é conhecido, que no ano de 1986 quando procurava um garrote que havia fugido do cercado, foi até o local onde os índios habitaram. Descreve o cenário encontrado no local, citando a existência de muita jaramataia<sup>2</sup> ao redor da pedra denominada de “Pedra Pintada”, cheia de letreiros e não tinha entendido nada.

Aquele letreiro era feito cortado na rocha, de quixote, sei lá (...). Naquele tempo eles fizeram isso dentro do rio, mas depois a água foi gastando por fora e ficou quase no meio do rio. Diraci minha filha, esteve na pedra do sino que fica mais embaixo e encontrou muita coisa que eu não conheço. (Nelino, 1924).

---

2 Um tipo de vegetação nativa que se situa geralmente no leito dos rios e riachos

Na FIGURA 3 encontram-se algumas fotografias feitas no ano de 2020 por Diraci Gomes – moradora da localidade que gosta de aventuras na natureza –, registros que confirmam a versão do ancião Manoel Dantas. Segundo o relato de Diraci, lá existem muitas figuras: gravuras; pedras que emitem notas musicais ao serem tocadas (sons de sino); pedras com perfurações feitas à mão, etc.

FIGURA 3 – FIGURAS RUPESTRES ENCONTRADAS EM LAJEDOS SITUADOS NO SÍTIO LAMEIRÃO ÀS MARGENS DO RIO ESPINHARAS



FONTE: FOTOS CEDIDAS POR DIRACI GOMES DE SOUSA (2020)

Estudo realizado pelo arqueólogo Francisco de Paula Brito na área que compreende a região Seridó, entre os estados da Paraíba e o Rio Grande do Norte, envolvendo os municípios de São Mamede – PB até o município de Serra Negra do Norte – RN, revela similaridade entre as figuras rupestres existentes em São José de Espinharas – PB. O pesquisador tinha como intento identificar uma área arqueológica que apresente uma possível “unidade gráfica”, todavia, o município de São José de Espinharas – PB não foi inserido em sua pesquisa, talvez por falta de conhecimento das figuras rupestres existentes. Esses municípios são fronteiriços e as figuras rupestres encontradas na “Pedra Pintada” tem características similares com figuras rupestres encontradas nos sítios arqueológicos de São Mamede e de Serra Negra do Norte, conforme pode ser verificado através das FIGURAS 4 e 5.

**FIGURA 4 – FIGURAS RUPESTRES ENCONTRADAS EM SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS EM SÃO MAMEDE – PB****FONTE: (BRITO, 2011)****FIGURA 5 - FIGURAS RUPESTRES ENCONTRADAS EM SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS EM SERRA NEGRA DO NORTE – RN****FONTE (BRITO, 2011)**

Recentemente, o jornal A União publicou reportagem confirmando os registros que a população local conhecia apenas como “pinturas” nas pedras, objeto de fotografias por Diraci Gomes em setembro de 2020.

De acordo com reportagem de Lucilene Meireles, no dia 07 de abril de 2022, três importantes sítios arqueológicos foram descobertos pelo arqueólogo Juvandi de Souza, da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), localizados no município de São José de Espinharas – PB. O pesquisador afirma que “são sítios muito bonitos, mas que se sabe pouco ainda sobre eles” (MEIRELES, 2022). Segundo o arqueólogo, além das gravuras rupestres, destaca-se grande quantidade de capsulares, que tem intrigado os pesquisadores. São esferas, buracos arredondados que medem de 10 a 15 centímetros de profundidade, que foge ao padrão dos capsulares encontrados no restante da Paraíba, que medem de dois a três centímetros no

máximo, a exemplo dos que existem em Ingá – PB. Segundo Juvandi, são rastros com idade estimada em cinco mil anos e que estão, principalmente, no sítio Lameirão 2. Alguns dos registros fotográficos cedidos pela equipe de pesquisadores constam da FIGURA 6.

**FIGURA 6 – FIGURAS RUPESTRES REGISTRADAS NO SÍTIO LAMEIRÃO, SÃO JOSÉ DE ESPINHAS, PELA EQUIPE DE PESQUISADORES DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA (LABAP/UEPP)**



FONTE: FOTOS CEDIDAS POR JUVANDI DE SOUZA SANTOS (2022)

Ainda em fase de investigação científica, esses registros que o pesquisador Juvandi já providenciou junto aos órgãos competentes, podem esclarecer em futuro próximo a idade de civilização antiga da região, que pode ter mais de cinco mil anos. Os pesquisadores já identificaram pelo menos nove descobertas, que podem afirmar que quando os colonizadores que chegaram na região, por volta do século XVI, já havia gente ali, no período compreendido entre três e cinco mil anos antes, e a prova disso são esses registros rupestres (MEIRELES, 2022).

## OS ÚLTIMOS ÍNDIOS

Para ilustrar a história das tribos indígenas da região, Nelino faz referência ao ilustre

morador, historiador e político, Pedro Marinho (primeiro prefeito). Conta que conversava muito com ele sobre as tribos indígenas da região e que aprendeu com ele que os índios de São José pertenciam aos Pegas e que os primeiros indígenas que chegaram na região de Patos debandaram por causa de guerras.

Este relato, de um morador antigo e descendente do comandante (Cmte) José Raimundo – como era conhecido o fundador do município –, se torna relevante em razão da necessidade de resgatar a memória do povo primitivo da fazenda São José e repassar essas informações a gerações futuras, pois se não for feito a história pode ser apagada de uma vez por todas. Esse povo sofreu muito com a ocupação do seu território por pessoas que se diziam colonizadores, pois o pretexto da ocupação era o povoamento e exploração da terra, conforme determinava a Coroa Portuguesa. Como os índios não se adaptavam a essa nova realidade, foram perseguidos e extintos. Como o Sr. Manoel Dantas (Nelino) assimilou essa história de sofrimento ouvida de antepassados e contemporâneos, repassadas ao longo do tempo.

Naquele tempo eles sofriam muito. Antes da pólvora eles contavam vitória, aí depois que veio a pólvora, coitados, era pra sofrer mesmo, aqueles ‘batoques’ eram certos demais (...) ninguém sabe avaliar quantos morriam (...) eram sepultados nas barreiras do rio e o resto debandava, não resistia não (...) os índios não saiam para outro canto não, viviam em lugar que tinha água, caça e mel. Em outro canto eles não podiam viver não. Eles lutaram muito nessa beira de rio (...) entendiam ser muita coisa com aquelas flechas. Dizem que eles mataram gente também, eu não sei (...), mas só quem levava desvantagem era eles, ou debandavam ou morriam. Depois vieram os cariris que vieram subindo, mas eram muito perseguidos e terminaram desaparecendo. (Manoel Dantas, 1924).

Quando o Cmte José Raimundo chegou à localidade, na primeira década do século XIX, ainda existia uma tribo morando na beira do rio, aldeia conhecida como “Pedra Pintada”. De acordo com os conhecimentos do Sr. Manoel Dantas, os índios conseguiam conviver com os poucos habitantes da fazenda, mas como eles viviam apenas da exploração extrativista, pesca e caça, acabavam incomodando o proprietário da fazenda.

Como estava muito difícil a caça, certo dia o comandante José Raimundo estava na janela de sua casa [o casarão de São José] aí ouviu uma zoada, quando olhou viu uma novilha que vinha com uma flecha espetada nas costas. O comandante mandou o vaqueiro colocar a novilha no curral e chamar o cacique. Quando o cacique chegou, ele entregou a novilha dizendo que levasse para comer e desaparecesse. No outro dia não tinha mais ninguém lá. (Manoel Dantas, 1924)

Na FIGURA 7, uma fotografia do casarão sede da Fazenda São José, de propriedade do Cmte José Raimundo, constata-se a existência de uma “guarita”, equipamento muito usado para a defesa da família de possíveis ameaças de invasores. Acredita-se que nessa época a preocupação maior era a presença dos índios.

FIGURA 7 – CASA GRANDE DO CMTE JOSÉ RAIMUNDO NA FAZENDA SÃO JOSÉ



FONTE: FOTO AÉREA DE 1972 - CEDIDA POR ESCARIÃO DA NÓBREGA GOMES

Por uma questão de justiça decidiu-se registrar, mesmo que de forma sucinta, a existência dessa população nativa na Ribeira das Espinharas por ocasião da chegada dos primeiros colonizadores, nas primeiras décadas do século XVII. Essas civilizações, com cerca de cinco mil anos, habitaram a localidade e, por último, essa população remanescente sobreviveu por mais de um século, sendo que a última tribo evadiu do local quando a fazenda São José já estava instalada pelo Cmte José Raimundo.

Sabemos que o processo de desenvolvimento ocorrido no mundo inteiro trouxe externalidades negativas para as populações nativas. No Brasil não foi diferente com a colonização por parte dos europeus a partir do ano de 1500, em que a estratégia de interiorização, ocupação e exploração da terra através do sistema de sesmarias, ocorreu à custa de muito sofrimento da população nativa, que era convidada a ceder o espaço ou se aliar na condição de escravo. Como os nativos não aceitavam a invasão de seus territórios, naturalmente agiam com lutas e mortes. No caso da sesmaria PB0035, que deu origem à fazenda São José, um dos argumentos de Domingos Siqueira era que estava se propondo a povoar a terra devoluta encontrada, correndo risco de vida. Com essa afirmativa, o suplicante demonstra que estava preparado para enfrentar em luta, os nativos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Historicamente o município de São José de Espinharas – PB é conhecido pelo seu potencial na produção agropecuária, com a instalação de muitas fazendas que no passado produziam e forneciam produtos alimentícios, principalmente carne e leite, para a população local e para suprir o mercado de Patos – PB e região e até a década de 1970, tinha o algodão como maior fonte econômica, produto que foi extinto com o advento da praga do “bicudo”. Nos dias atuais, com a desestruturação das fazendas, a produção agropecuária perdeu a condição de maior fonte econômica.

Apesar do potencial mineral existente, tendo o urânio como principal produto, ainda inexplorado, o município vem passando por um processo de empobrecimento haja vista a baixa capacidade de geração de receitas e renda para seus habitantes. Por essas razões, o turismo arqueológico surge como alternativa econômica, fato que vem a ser confirmado e justificado com o presente estudo.

Diante dessas mudanças, a atividade turística desponta como oportunidade, a exemplo de outros municípios do Brasil e do mundo. Mas para que esta atividade seja desenvolvida se faz necessário a união de esforços da sociedade e das lideranças políticas e institucionais.

Os achados arqueológicos em locais próximo à cidade de São José de Espinharas têm um valor imensurável e a proteção como patrimônio histórico e cultural já está respaldada pelos registros junto aos órgãos competentes, providenciados pelo pesquisador arqueólogo Juvandi Sousa, da Universidade Estadual da Paraíba.

Também já está havendo movimentos em favor de reparações das injustiças cometidas pelos países europeus para com os países colonizados, eventos estes que vêm a contribuir para a reivindicação de apoio por parte de uma série de instituições e governos interessados em colaborar nesse sentido. De nossa parte, enquanto pesquisadores autores dessa obra, podemos fazer muito por esta causa, começando com o reconhecimento da importância das civilizações indígenas na história do povoamento da Ribeira das Espinharas e prosseguindo com as pesquisas e registros dos achados e fatos que comprovam a relevância dos sítios arqueológicos existentes. Iniciativas nesse sentido vêm ocorrendo por parte de atores sociais, voluntários, para pesquisar, coletar dados e gerar discussões visando à edição de um livro com a história do povoamento do município de São José de Espinharas. Além desses achados, as histórias narradas pelos moradores, repassadas de seus antepassados, podem servir de “mote” para trabalhos na área da cultura: espetáculos teatrais, concurso de contadores de histórias, prêmios de redação, formação de trilhas pedagógicas, concurso de criação de personagens da economia criativa, etc. A gestão pública municipal atual, representada pelo



prefeito Antônio Gomes da Costa Netto (segundo mandato), está engajada com a equipe, prestando o apoio necessário para o pleno êxito do projeto. Porém, se não houver adesão substancial da sociedade local, todo processo de mudança torna-se lento e, não raro, penoso. Com essas iniciativas espera-se que a população espinharenses seja devidamente informada e envolvida, de forma que possa contribuir para o fortalecimento da cultura de seu povo e para o processo de organização e estruturação do município para a atividade turística como potencial econômico gerador de riquezas, emprego e renda.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Breno Marinho de Araújo. Estudo do potencial mineral para U-ETR com base na geoquímica e química mineral do depósito Urinífero de São José de Espinharas - PB. Dissertação de mestrado – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2012;

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. PROJETO CADASTRO DE FONTES DE ABASTECIMENTO POR ÁGUA SUBTERRÂNEA – Diagnóstico do Município de São José de Espinharas. Recife, 2005. Disponível em: [http://rigeo.cprm.gov.br/xmlui/bitstream/handle/doc/16363/Rel\\_S%C3%A3o\\_Jos%C3%A9\\_Espinharias.pdf?sequence=1](http://rigeo.cprm.gov.br/xmlui/bitstream/handle/doc/16363/Rel_S%C3%A3o_Jos%C3%A9_Espinharias.pdf?sequence=1), acesso em: jul 2020;

BORGES, J. E. B. “A Paraíba nos 500 Anos do Brasil” ANAIS DO CICLO DE DEBATES DO IHGP ABRIL – JOÃO PESSOA – PARAÍBA, 2000 – Pág. de 125 a 140;

CANUTO, Ellen Cristine A. Silva. Lei de Terras de 1850: Um Estudo sobre a Propriedade de Terra no Município de Patos. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História)– Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2014;

BRITO, F. de Paula. Análises de Gravuras Rupestres Pré-Históricas das Bacias Hidrográficas do Espinharas/Sabugi/Quipauá-Barra Nova no Seridó Ocidental-RN. Universidade Federal de Pernambuco – UFPE- Dissertação de Mestrado. Recife, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/764>. Acesso em: 13 de jun de 2021;

HERCKMANSS, Elias. 1886. Descrição geral da Capitania da Parahyba. Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano, tomo V, n. 31, p. 239–288. Recife: Typographia Industrial. [Permalink: [http://biblio.etnolinguistica.org/Herckmans\\_1886\\_parahyba](http://biblio.etnolinguistica.org/Herckmans_1886_parahyba)];

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 1950/2010, Rio de Janeiro : IBGE, 2011. Disponível em: <https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=CD91>;

\_\_\_\_\_ – Pesquisa de Informações Básicas Municipais, edição 2018. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/sao-jose-de-espinharas/pesquisa/1/74454?ano=2018>, acesso em: 13 abr, 2021;

\_\_\_\_\_ – Estimativas da População, edição 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/sao-jose-de-espinharas/panorama>, acesso em: 17 fev, 2021;



<sup>INEP</sup> - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB, 2019) - disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/educacao-basica/ideb/resultados>, acesso em 30/03/2021;

MEIRELES, Lucilene. 2022. Achados de cinco mil anos. Jornal A UNIÃO, Edição Número 057, Ano CXXIX. João Pessoa, 08 de abril de 2022;

MEUWESE, Marcus. "For the Peace and Well-Being of the Country": Intercultural Mediators and Dutch-Indian Relations in New Netherland and Dutch Brazil, 1600-1664. Tese (Doutorado em História) – College of Arts and Letter, University of Notre Dame. South Bend. 2003, p. 84. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/%C3%8Dndios\\_nas\\_Invas%C3%B5es\\_holandesas#cite\\_note-5](https://pt.wikipedia.org/wiki/%C3%8Dndios_nas_Invas%C3%B5es_holandesas#cite_note-5)